

Formação política de mulheres pernambucanas na ditadura civil-militar de 1964

Formación política de mujeres pernambucanas durante la dictadura civil-militar de 1964

Political Education of Women from Pernambuco During the 1964 Civil-Military Dictatorship

AUTORES

**Raylane Andreza
Dias Navarro
Barreto***

raylane.navarro@ufpe.br

**Hemilly Suenny
da Silva****

hemilly.suenny@ufpe.br

* Professora do Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Brasil).

** Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Brasil).

RESUMO:

Fruto do projeto "A relação mulheres, educação e regime político autoritário no Nordeste do Brasil (1964–1978)", este artigo apresenta os resultados das investigações desenvolvidas no estado de Pernambuco, com o objetivo de analisar a formação política de mulheres presas e perseguidas durante o regime autoritário e centralizador da ditadura civil-militar brasileira. Como fontes documentais, utilizaram-se processos da Delegacia de Ordem Política e Social e relatórios da Comissão Estadual da Memória e Verdade. Os resultados alcançados permitiram mapear 225 mulheres com perfis diversos quanto à formação profissional e à origem familiar, embora com trajetórias semelhantes no que se refere à formação político-partidária. Tal formação foi construída nas redes de sociabilidade tecidas nos âmbitos familiar e social.

RESUMEN:

Resultado del proyecto «A relação mulheres, educação e regime político autoritário no Nordeste do Brasil (1964–1978)», este trabajo presenta los resultados de las investigaciones desarrolladas en el estado de Pernambuco, con el objetivo de analizar la formación política de mujeres detenidas y perseguidas durante el régimen autoritario y centralizador de la dictadura civil-militar brasileña. Como fuentes documentales, se utilizaron expedientes de la Delegacia de Ordem Política e Social y los informes de la Comissão Estadual da Memória e Verdade. Los resultados obtenidos permitieron identificar a 225 mujeres con perfiles diversos en cuanto a formación profesional y origen familiar, aunque con trayectorias similares en lo referente a la formación político-partidaria. Esta se construyó en las redes de sociabilidad tejidas en los ámbitos familiar y social.

ABSTRACT:

This article derives from the project "A relação mulheres, educação e regime político autoritário no Nordeste do Brasil (1964–1978)" and presents the results of investigations conducted in the state of Pernambuco aimed at analyzing the political education of women who were imprisoned and persecuted during the authoritarian and centralizing regime of the Brazilian Civil-Military Dictatorship. The documentary sources used included records from the Delegacia de Ordem Política e Social and reports produced by the Comissão Estadual da Memória e Verdade. The findings made it possible to identify 225 women with diverse professional backgrounds and family origins, although with similar trajectories regarding political and party-based education. Their political education was shaped within networks of sociability established in family and social environments.

1. Introdução

O golpe de 31 de março de 1964 foi um marco na história do Brasil. O regime político autoritário que culminou na Ditadura Civil-Militar vigorou entre 1964 e 1985, anos marcados pela censura e aprisionamento político, inserindo-se, assim, em um período de instabilidade política na América Latina, uma vez que vários países da região passaram por regimes autoritários na mesma época. Nos anos de 1960, no contexto internacional, havia uma série de confrontos gerados pela disputa de poder entre os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS), que, representando ideologias opostas, disputavam a conquista e o controle de áreas de influência internacionais.

Dessa forma, o Brasil, assim como outros países latino-americanos, não escapou da intervenção estadunidense que tinha como intenção evitar a propagação do comunismo soviético ou a adoção de governos que fossem contrários aos seus ideais. Não se pode conceber o Golpe de 1964 como produto apenas de fatores externos, pois muitos dos motivos que contribuíram para a instalação do referido regime autoritário se encontravam dentro do próprio Brasil.

O golpe foi apresentado como uma alternativa para as questões da crise econômica no contexto da Guerra Fria, em resposta ao temor do avanço do movimento operário, camponês e dos sindicatos e da fragilidade da institucionalidade política e a partir da aliança entre os militares e a classe burguesa do país. Nas palavras de Jacob Gorender “o golpe não veio de Washington (Estados Unidos). Veio mesmo do Brasil. Mas o imperialismo norte-americano incentivou e ajudou de muitas maneiras” (1999, p. 56).

De acordo com Saviani (2008), à medida que as mobilizações sociais populares pelas reformas de base se intensificaram nos campos, com as Ligas Camponesas, nos sindicatos nas áreas urbanas e pelo movimento estudantil envolvendo os estudantes secundaristas e universitários, também se observou uma resposta por parte da classe empresarial que desembocou no referido golpe. Em 1959 foi criado o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), a primeira organização com foco no combate ao comunismo e a medidas populistas.

Com propósito similar, em 1961, foi fundado o Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IPES), com o apoio de empresários dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro junto a militares de alta patente. Embora oficialmente criado com objetivos educacionais, o Instituto secretamente conduziu o desenvolvimento de uma campanha político-ideológica por meio das comunicações de massa contra o governo.

De modo que a ditadura civil-militar foi implementada no Brasil com a destituição do Presidente João Goulart (PTB). Na ocasião, as Forças Armadas brasileiras assumiram o comando do país, de maneira inconstitucional, ao depor um governo democraticamente eleito, violando o processo democrático da garantia de eleições e a alternância de poder. Nesse contexto, tomaram para si o poder e o comando do país assumindo, sucessivamente, até 1985, ano da abertura política, cinco generais, a saber: Castello Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985).

Ao longo desses anos, o referido regime impôs uma série de medidas que restringiram as liberdades individuais, cercearam a liberdade de imprensa e perseguiu opositores políticos. Foram utilizados órgãos de repressão, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Serviço Nacional de Informações (SNI), responsáveis por monitorar e perseguir qualquer movimento ou indivíduo considerado uma ameaça ao regime.

PALAVRAS-CHAVE

**Brasil; ditadura
civil-militar;
mulheres
militantes.**

PALABRAS CLAVE

**Brasil; dictadura
civil-militar;
mujeres
militantes.**

KEYWORDS

**Brazil, civil-
military
dictatorship;
women militants.**

Recibido:
07/12/2025

Aceptado:
13/05/2026

O golpe contou também com o apoio de diferentes setores da sociedade civil. No entanto, é preciso evidenciar que essa participação civil veio principalmente por parte do setor empresarial-midiático. Em síntese, a coalizão ocorria por meio da “articulação entre o conjunto das classes dominantes, a exemplo a burguesia industrial e financeira nacional e internacional, (...) bem como uma camada (de caráter civil) de intelectuais e tecnocratas” (Germano, 2011, p. 17). Com isso, após a instalação do golpe, as camadas populares, despossuídas de poder, foram as que mais sofreram com a repressão.

2. O golpe militar em Pernambuco

Em Pernambuco, estado do Nordeste do Brasil, já havia uma longa tradição de movimentos sociais e sindicais que despertavam preocupação entre os setores conservadores. Ainda durante o final da década de 1930 e meados da década 1940, quando o país contou com a experiência ditatorial de Getúlio Vargas (1937-1945), o estado já era considerado um dos focos onde o discurso comunista era mais forte. Nesse contexto, é possível destacar o papel das ligas camponesas e do movimento secundarista em busca de mudanças políticas e sociais (Silva, 2017).

As Ligas Camponesas lutavam pelo fim da opressão do trabalhador do campo, pelo direito à posse da terra, enquanto o movimento estudantil reivindicava por melhores condições dentro do sistema educacional, contra privatização e na defesa dos direitos civis e políticos. Na década de 1960, Pernambuco estava inserido no contexto global de disputa de poder, caracterizado, de um lado, por grupos que defendiam a democracia e, de outro, por um governo instituído autoritariamente que se forjou a partir do combate ao comunismo e instauração do golpe militar. De modo que assim como em outras partes do Brasil, o contexto pré-golpe estava sendo marcado pelos conflitos sociais e políticos nas áreas rurais e urbanas.

Em Pernambuco, as tensões atingem seu ápice quando Miguel Arraes chega ao governo do estado, em 1962, eleito pelo partido PSB, obtendo 264.499 votos contra 251.146 dados a seu opositor João Cleofas representante do partido da UDN (Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2017, p. 29). Os primeiros meses do governo de Miguel Arraes como governador foram marcados por uma série de melhorias para os trabalhadores e de modificações sociais, a exemplo de realizações de empreendimentos de infraestrutura, expansão das vias urbanas e incentivo às associações de moradores e aos líderes locais na busca por identificação dos problemas específicos e urgentes de cada comunidade, ao mesmo tempo em que realizava intervenções para redesenhar o espaço público da capital.

Sua administração priorizou as questões sociais e divergia dos interesses de setores conservadores de Pernambuco que primavam por manter um modelo econômico e político, onde o poder e privilégios permaneciam nas mãos de poucos (Santos, 2016). Durante o seu governo, Arraes voltou-se para as questões sociais e assim resolveu apoiar as reivindicações dos trabalhadores e promover melhorias como a extensão do 13º salário aos trabalhadores rurais, bem como a possibilidade do livre exercício de suas atividades sindicais, o que até então era direito apenas dos trabalhadores urbanos.

Assim sintetizou Manoel Correia de Andrade a gestão de Arraes:

Arraes deu prioridade (...) a questão social, questão que o preocupou durante toda a vida e ação política. Assim ele resolveu apoiar as reivindicações dos trabalhadores do campo que exigiam a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1963 (2004, pp. 41-42).

As ações realizadas pelo governador Miguel Arraes entre os anos de 1963-1964 logo foram destruídas pelas ações de repressão. Seu desempenho e sua atuação na área social foram considerados práticas comunistas e que ameaçavam os setores mais conservadores. Naquela ocasião, discutir sobre igualdade social, justiça econômica e protagonismo da população era considerado um posicionamento comunista que deveria ser combatido, afinal, havia uma forte resistência conservadora em relação a essas ideias progressistas, tanto que as elites econômicas conservadoras “procuravam caracterizar a experiência em

Pernambuco como a de um movimento comunista em marcha, o embrião de uma nova Cuba” (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 28).

No cenário político-educacional e cultural pernambucano, destacava-se a criação e atuação do Movimento de Cultura Popular (MCP), instituído por Arraes, em 1960. A iniciativa contou com a elaboração intelectual e o apoio de educadores, intelectuais, artistas e estudantes, entre eles o educador Paulo Freire, o advogado Germano Coelho, o professor Ariano Suassuna e o artista plástico Abelardo da Hora e das professoras Anita Paes Barreto, Josina Maria Lopes de Godoy e da advogada Norma Porto Carreiro Coelho dentre outras pessoas. O movimento tinha como objetivo expandir a “alfabetização para a periferia da cidade” por meio da educação popular (Barreto & Santos, 2021, p. 197).

Segundo Germano Coelho, um dos idealizadores do movimento:

O Movimento de Cultura Popular nasceu da miséria do povo do Recife. De suas paisagens mutiladas. De seus mangues cobertos de mocambos. Da lama dos morros e alagados, onde crescem o analfabetismo, o desemprego, a doença e a fome. Suas raízes mergulham nas feridas da cidade degradada. Fincam-se nas terras áridas. Refletem o seu drama como síntese dramatizada da estrutura social inteira (Coelho apud Godoy, 1962, p. 4).

O Movimento de Cultura Popular representava, assim, uma resposta às desigualdades educacionais que afligiam a população pernambucana periférica. De acordo com Barreto e Santos (2021, p. 197), a partir da administração de Miguel Arraes, e por meio das iniciativas desenvolvidas pelo MCP, foram instaladas escolas municipais em um contexto que havia predominância das instituições privadas e estaduais. Mesmo enfrentando resistência de setores conservadores, em 1962, o movimento conseguiu reunir mais de 20 mil alunos, incluindo adolescentes e adultos em processo de alfabetização.

Posteriormente, também no governo Arraes, houve a implementação de um ensino profissionalizante que preparava a população para o mercado de trabalho e incentivo à produção cultural pernambucana. Mas, muitas dessas iniciativas foram interrompidas com a instauração do golpe militar que destituiu o governador eleito democraticamente. Nesse contexto, Arraes sofreu deposição e foi preso 24 horas depois da concretização do golpe militar no país. Era 1º de abril de 1964.

Além do contexto político e educacional em Pernambuco durante a ditadura, também deve ser considerado o envolvimento entre alguns representantes da Igreja Católica reacionária e o regime civil militar em função do inimigo comum: o comunismo. Nesse contexto geral, os militares receberam apoio da ala conservadora da Igreja Católica para chegar ao poder, seja de maneira direta ou indireta, por meio da neutralidade, como demonstra o trabalho de Reis (2017) que expõe o modo como parte da Igreja Católica deu suporte ideológico na legitimação do regime militar. Exemplo dessa relação está na ordem dada por Castelo Branco em que “nenhum padre fosse preso sem autorização da Presidência”.

A Igreja, entretanto, não se constituiu enquanto um bloco hegemônico. As mudanças ideológicas entre seus membros e adeptos começaram a surgir no fim dos anos 1970, quando alguns dos seus líderes apresentaram clara oposição ao sistema ditatorial que foi implantado, sobretudo depois da decretação dos atos institucionais que restringiam os poderes aos militares. Exemplo desse despertar crítico foi a atuação do arcebispo Dom Helder Câmara que, outrora adepto ao poder instituído, passou a integrar a ala progressista da Igreja, denunciando a violência perpetrada pelo governo autoritário, e por isso foi perseguido pelos militares, acusado de ser comunista (Rangel, 2012), para além dos confessadamente leigos católicos Anita Paes Barreto e Paulo Freire.

Como já sinalizado, assim como em outras partes do Brasil, em Pernambuco houve alianças entre diferentes setores que apoiaram o regime militar que foi implantado. Entre esses setores tinham predominância os grupos conservadores e anticomunistas encontrados na imprensa, no setor empresarial, entre os militares e políticos de direita. Entre os políticos estavam Cid Sampaio (ex-governador de 1959-1962), Eraldo Gueiros Leite (procurador geral da justiça militar e governador de 1971-1975), Paulo Guerra (vice-governador de

Arraes de 1963-1964; e governador de 1964-1967), Wilson Queiroz Campos (presidente da Associação dos Diretores Lojistas de Pernambuco), Augusto da Silva Lucena (vice-prefeito de 1963- 1964; prefeito de 1964-1971 e de 1971-1975) (Silva & Soares, 2021, pp. 88-89).

Tais nomes estão na história de Pernambuco como figuras que apoiaram e se beneficiaram das medidas repressivas e antidemocráticas da época, na medida em que assumiram cargos de poder e contribuíram para a implantação e manutenção do regime. Os grupos que buscavam mudanças sociais foram os que mais sofreram perseguição. Segundo José Rodrigo de Araújo Silva (2013), cerca de duas mil pessoas foram presas em Pernambuco por conta da caça aos “subversivos”.

Dentre estes, de 1964 a 1978, respectivamente ano do golpe e ano do fim dos atos institucionais e do início de uma abertura política cerca de 225 são mulheres, como demonstram os prontuários do DOPS investigados. A quantidade de pessoas sendo presas era tanta que houve superlotação nos quartéis de Recife e Região Metropolitana, sendo preciso realocar pessoas nas delegacias e nas salas da Secretaria de Segurança Pública (Silva, 2013, p. 62).

3. As mulheres na ditadura e a resistência em Pernambuco

Para Michelle Perrot, “Uma história sem as mulheres parece impossível” (2007, p. 10). E partindo de tal pressuposto, entendemos que a violência estatal imposta pela ditadura militar contra todos aqueles que se rebelaram em oposição ao sistema vigente, tornou necessária a estruturação de movimentos sociais dispostos à luta pelo retorno da democracia, e dentro desses movimentos, as mulheres estiveram presentes. As mudanças de mentalidades ocorridas no mundo, sobretudo a partir do movimento feminista¹ e suas pautas a favor do sufrágio e dos direitos trabalhistas, influenciaram a participação e o ingresso das mulheres no meio educacional, no mercado de trabalho e no cenário político de maneira mais crítica e no cenário político, o que foi de extrema importância para os rumos que a relação mulher e política tomou na história brasileira.

Embora tenhamos na História política brasileira o caso da eleição de Alzira Soriano (1827-1963) no Rio Grande do Norte em 1928, a participação eleitoral das mulheres ocorreu oficialmente em todo o país a partir de 1932, com a conquista do direito ao voto e a candidatura, por meio do decreto nº 21.076, assinado pelo presidente Getúlio Vargas. Em decorrência disto, em 1933, quando da eleição para a composição da Assembleia Nacional Constituinte, as mulheres pela primeira vez tiveram o voto reconhecido em âmbito nacional.

A conquista do voto e o seu pleno exercício, entretanto, foi resultado de um longo processo de mobilização e luta por parte das mulheres pelo reconhecimento dos direitos civis e políticos, só efetivamente conquistado em 1965 com o Código eleitoral (Lei nº 4.737) que permitiu o alistamento de todas as mulheres independentemente de sua escolarização e independência financeira.

Há que se ressaltar que a história das mulheres constantemente é colocada no esquecimento “confinadas no silêncio de um mar abissal” (Perrot, 2012, p. 16), e isso não foi diferente com as militantes femininas que atuaram ativamente na luta pela democracia no Brasil. A despeito de todas as suas atuações políticas no Brasil, o esquecimento, que envolve as ditaduras que acometeram a história política do Brasil, toca essencialmente em suas trajetórias, conforme demonstram Barreto, Lima e Oliveira (2024) ao tratar da participação feminina na política brasileira. A historiografia tradicional, por muito tempo, deixou de lado as mulheres, dando visibilidade apenas às biografias de figuras masculinas.

Embora atualmente a produção histórica tente pluralizar os seus objetos de estudos e permita a compreensão de outras histórias e perspectivas, enfrentar a ditadura militar de 1964-1985 sob a ótica da história das mulheres, por exemplo, é um exercício contemporâneo e em construção. Ao analisar as fontes sobre a ditadura civil-militar e a participação feminina de esquerda, fica evidente que as mulheres, apesar das tradições inventadas que as consideravam incapazes de adentrar a política, elas se fizeram presentes e atuantes contra o sistema político opressor (Barreto & Silva, 2022).

Suas atuações foram contundentes e vão desde a transmissão de informações entre os militantes, passando pela realização de atividades político-partidárias até a luta armada. Segundo a historiadora brasileira Ana Maria Colling (1997), as mulheres que participavam desses movimentos políticos cometiam um ato ainda mais transgressor, porque além de se rebelar contra o regime golpista vigente, também iam contra o papel socialmente destinado à mulher: o de dona do lar submissa confinada ao espaço privado. Ou seja, elas “havia[m] se afastado de seus ‘lugares de esposa e mãe’ e ousado participar do mundo político, tradicionalmente entendido como masculino” (Comissão Nacional da Verdade, 2014, pp. 402-404).

Como pode se supor, a despeito das “aberturas” proporcionadas pelas legislações (direito a escola, a formação superior, ao voto, a serem eleitas, etc.) como analisado por Barreto (2022) as mulheres lidavam com empecilhos que envolviam não apenas costumes, mas, sobretudo, tradições inventadas que independentemente das conquistas e dos inúmeros casos de empoderamento feminino, ainda eram consideradas limitadas, baseadas no discurso, que se estendia geração após geração, de que a mulher era considerada inferior ao homem e por eles eram silenciadas, impedidas e castradas. De modo que não era necessariamente o papel superior do homem em oposição à ideia de fragilidade feminina, mas do discurso propagado que ratificou, ano após ano, essa premissa.

Entretanto, em qualquer região do Brasil é possível atestar que muitas mulheres se insurgiram publicamente contra o sistema vigente daquele período marcado pela privação de direitos. E as atuações públicas dessas mulheres em movimentos políticos datam de anos anteriores à década de 1960. Em Pernambuco especificamente, na década de 1940, entidades femininas foram fundadas, como a União Feminina de Pernambuco (UFP), presidida por Alexina Crespo (Santos, 2016 p. 51) e a Federação das Mulheres de Pernambuco (FMP), em 1955. Além disso, associações de bairro estavam sendo fundadas por mulheres no mesmo período como forma de se organizarem e lutarem contra as desigualdades (Silva, 2017).

A participação feminina no cenário político de esquerda pernambucano também não foi construída durante a ditadura civil-militar, mas anteriormente, nos resquícios da chamada ditadura Vargasista. Durante o ano de 1947 foi eleita a primeira vereadora da cidade do Recife, Júlia Santiago da Conceição, ativista política, comunista e operária. Anos depois, em 1952, por meio do Partido da União Democrática Nacional (UDN), Anitta Moraes tornou-se a primeira prefeita do Estado de Pernambuco e a segunda do Brasil, ela também foi vereadora do Município de Macaparana em 1945. Já em 1963, em meio ao clima de movimentação política que antecedeu ao golpe, foi aprovada a criação de uma Liga Feminina em Pernambuco, sob a orientação do PCB. Após o golpe que o colocou na clandestinidade essas mulheres, essencialmente de esquerda, precisaram se reinventar e atuar na clandestinidade.

As militantes femininas que permaneceram durante o período ditatorial em Pernambuco tornaram-se clandestinas políticas como forma de sobrevivência, pois era apenas assim que conseguiam permanecer ativamente na resistência ao golpe. A militante paulista e enfermeira Crimeia Schmidt elucida como foi esse momento para todos aqueles que se encontravam vivendo na ilegalidade:

Na clandestinidade, isso não pode acontecer, porque você está passando informação a seu respeito, então eu não morei em lugar nenhum antes, eu não tive nem pai, nem mãe, nem irmão, nem amigos, não estudei, nada, sabe o que é nada? (Schmidt *apud* Rago, 2010, p. 157).

A repressão de 1964 já era difícil, mas após dezembro de 1968, com a promulgação do Ato Institucional (AI-5) que deu todos e irrestritos poderes ao presidente, entretanto, a repressão contra os militantes políticos de esquerda no Brasil tornou-se ainda mais intensa. Esse momento representou um recrudescimento do regime militar, marcado por medidas autoritárias, perseguição e restrições severas aos direitos civis e políticos. No que se refere às mulheres que optaram por permanecer na luta contra a ditadura, elas, tal qual os homens, precisaram renunciar a suas vidas anteriores, adotando novos nomes e identidades falsas para evitar serem descobertas pela repressão.

Essa necessidade de anonimato tornava suas vidas extremamente precárias e incertas, vivendo escondidas em seu próprio país. Situação que em muito destoava da imagem da mulher “recatada e do lar”, silenciada e impedida que ainda paira na historiografia política brasileira quando o assunto é mulheres. No desenrolar do regime civil militar em Pernambuco, mulheres foram detidas e submetidas aos mais variados tipos de torturas pelas instituições do Estado.

O mapeamento realizado no âmbito da pesquisa acima mencionada identificou, como já anunciado cerca de 225 presas e/ou perseguidas políticas. Estas foram rotuladas de “subversivas”, ou seja, suas práticas eram vistas como inimigas do governo. O mapeamento teve como objetivo identificar informações sobre nomes, filiações, classe social, nível de educação, naturalidade e profissões das presas políticas em Pernambuco durante o período mencionado, listar as modalidades de educação e formação das presas políticas para compreender seus percursos (auto)formativos, bem como a relação entre formação escolar, classe social, suas prisões e envolvimento político-partidário.

4. Perfil das mulheres

O perfil das mulheres que lutaram contra a ditadura no estado pernambucano se revelou diversificado, pois, conforme informações do mapeamento, foi composto por mulheres de 17 a 54 anos que pertenciam a diferentes setores da sociedade, ligados profissionalmente ao meio rural, à área da saúde, ao direito, à cultura e à educação, bem como mulheres vinculadas ao movimento estudantil e ao ativismo social. Essa diversidade de perfis indica que havia um engajamento amplo de mulheres e, apesar das diferenças de classe social, formação educacional todas essas mulheres lutaram contra a repressão estatal.

Segundo Abreu (1997, p. 11) neste período “junto com o projeto de derrubar o regime militar também estava o de revolucionar os costumes, os valores e as relações sociais e afetivas, que deveriam ser mais igualitárias”. Além disso, foi observada uma certa predominância entre os estados de origem das mulheres que estiveram presas em Recife². Outras regiões do Nordeste e Minas Gerais, no sudeste brasileiro, aparecem com mais frequência nas fichas dos prontuários da DOPS.

A partir da análise das fichas policiais do período foi possível identificar, cerca de 225 mulheres presas por motivação política, 129 mulheres com informações totais ou parciais. Destas, a maioria era originária de Pernambuco (49), seguida da Paraíba (20), Ceará (16), Minas Gerais (8), Alagoas (6), Rio Grande do Norte (4), Rio Grande do Sul (4), Rio de Janeiro (4), São Paulo (5), Sergipe (2), Pará (3), Goiás (3), Bahia (1), Piauí (1). Entre essas citadas existem as de outras nacionalidades como Uruguai (1), Paraguai (1), República Tcheca (1). Como pôde ser constatado nas fichas criminais individuais, essas mulheres apesar de serem presas em Pernambuco vinham de outras regiões do Brasil, seja para continuar sua militância em outro estado, por já serem perseguidas em seu estado de origem, seja por motivos particulares como estudar e/ou trabalhar na capital pernambucana.

5. Sobre as classes sociais, as profissões e as formações das mulheres fichadas

Ao consultar as fichas em busca da classificação social das mulheres detidas ou investigadas pela polícia da época, verificamos que dos 140 registros analisados por ter informações a respeito, emergem padrões distintos de pertencimento social. Assim, a representação numérica mais expressiva recai sobre as trabalhadoras, compreendendo 64 mulheres. Outras categorias societárias também foram identificadas: 40 são estudantes, 2 pertencem a ambas as ocupações, 2 são do Lar, 2 da classe média, 1 pertencente à classe média alta, e 29 dessas mulheres não foi possível identificar essas informações nos prontuários.

No que concerne às profissões, foi possível identificar as origens sociais das mulheres presas e perseguidas, assim mapeadas: 40 estudantes, 12 professoras, 7 funcionárias públicas, 6 domésticas, 5 donas de casa, 4 advogadas e 4 médicas e, 3 economistas, 3 comerciárias, 3 assistentes sociais e 3 operárias, 2 sociólogas,

2 psicólogas, 2 enfermeiras e 2 secretárias. Além disso, outras profissões apesar de se apresentarem em menor quantidade no mapeamento, pelo que se pode apreender, também foram afetadas pela repressão, pois encontramos 1 jornalista, 1 pedagoga, 1 bailarina, 1 geógrafa, 1 nutricionista, 1 mãe religiosa, 1 técnica em desenvolvimento, 1 auxiliar de escritório, 1 antropóloga, 1 costureira, 1 desenhista, 1 recreadora infantil, 1 pintora e 1 bancária. Sobre 21 mulheres não foi possível obter informações sobre suas profissões.

Como se pode perceber, suas profissões revelam atividades intelectuais, de cuidado, de militância e de resistência, de trabalho braçal, demonstrando o engajamento feminino em diferentes áreas e setores, e, a partir das queixas-crime, entende-se a determinação em participar ativamente na busca por justiça, liberdade e transformação social para além da garantia dos direitos civis. Nas fichas constam como atividades subversivas e consequentemente motivos que as levaram a prisão: participação em passeatas, greves, congressos, encontros, sindicatos; panfletagem; pichações; parentesco com comunistas; trabalhos de formação política comunista; participação em associações como Ação Popular, Movimento de Cultura Popular e Movimento estudantil; além daquelas de caráter revolucionário como a Vanguarda Revolucionária Palmares e a Aliança Libertadora Nacional.

Sobre a vivência política construída nos espaços pelos quais passaram, é também possível entender como a emancipação feminina não pode ser analisada sem considerar as condições concretas da inserção das mulheres no mundo produtivo. As diferentes profissões exercidas pelas mulheres perseguidas, desde advogadas e médicas até operárias e domésticas, revelam formas variadas de participação social e política. Mulheres com formação de nível superior tendiam a ocupar posições que lhes proporcionavam maior acesso a debates públicos e a organizações políticas; entretanto, trabalhadoras de baixa renda igualmente se engajaram em ações de resistência, ainda que sua participação tenha sido menos documentada e, frequentemente, mais vulnerável à repressão.

Além disso, sobre 7 dessas mulheres fichadas pelo DOSPS/PE e nos processos de anistia, foram encontradas informações de possuírem mais de uma profissão em diferentes momentos da vida, sendo elas doméstica e deputada, costureira e operária, escriturária e professora, operária, funcionária pública e atendente de enfermagem, arquiteta/ funcionária pública municipal, estudante e professora, economista e socióloga. Tal diversidade reforça a tese de Davis (2016) de que a experiência feminina se faz nas interseções entre classe, trabalho e gênero, produzindo trajetórias plurais que a historiografia deve compreender em suas especificidades.

Como se pode perceber a partir de tais dados, o fato de 21 mulheres não terem informações profissionais registradas, evidencia não somente a incompletude dos arquivos oficiais e o apagamento histórico do período e das mulheres no período, mas também a desigualdade de documentação que pode estar associada às mulheres pobres, negras e oriundas de contextos periféricos, bem como a necessidade de pesquisas que recuperem essas trajetórias silenciadas e/ou apagadas ou ainda não consideradas.

Por fim é possível entender que as várias dimensões dos percursos (auto)formativos e da relação entre formação escolar, classe social, prisões e envolvimento político-partidário das mulheres presas e/ou perseguidas durante o regime civil-militar em Pernambuco não apenas evidenciam a diversidade social e profissional delas, mas que a perseguição atingiu mulheres de múltiplas classes sociais, mas com forte presença das classes médias escolarizadas, tradicionalmente mais ativas na militância política. Entretanto não podemos desconsiderar que a repressão também atingiu mulheres da classe baixa, e embora estas apareçam em menor número, possivelmente porque seus percursos de militância eram menos documentados; porque sofriam formas de repressão mais invisibilizadas e porque tinham menor chance de serem reconhecidas oficialmente como “presas políticas” aos olhos das instituições militares, elas também desempenharam papel relevante na história política do período.

Por certo, como foi possível evidenciar no mapeamento, o grande número de estudantes e profissionais de nível superior no mapeamento realizado indicou que a escolarização ampliada funcionou como um caminho de politização e crítica ao regime; que espaços como escolas, universidades, serviço público e agremiações

como a Juventude Operária Católica (JUC) e a Ação Popular, dentre outras de maior potencial combativo como a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), citadas como elementos e que se somam aos outros já sinalizados que as levaram à prisão, serviam como ambientes de circulação de ideias políticas, debates e organização de movimentos. Não sem razão é possível entender que mulheres com maior acesso à educação institucionalizada tinham maior probabilidade de participar de organizações políticas, sindicais, estudantis ou de movimentos de oposição, o que nos permite reforçar a ideia de que, mesmo considerando o potencial da educação pela experiência, a formação escolar serviu como reforço da autonomia intelectual, que contribuiu para o engajamento político e a resistência daquelas que participaram dos movimentos de resistência ao autoritarismo do período anunciado.

E se, como diria Perrot (2007), os espaços estruturam as experiências femininas ao longo da história androcêntrica, sendo o lar um espaço tradicional de reclusão, o trabalho o espaço de emancipação parcial e as ruas, as associações e a política, espaços historicamente restritos à participação feminina, a partir deste trabalho cuja análise restringe-se a período de regime ditatorial, conseguimos evidenciar mulheres circulando intensamente por espaços ligados ao trabalho público e mais que isso, no campo político de resistência. E isso ocorreu porque, uma vez educadas e fazendo uso da sua liberdade de pensamento, construíram sua capacidade de ação pública.

Não sem razão no universo estudado, um aspecto que se destaca é o número significativo de estudantes e professoras. Isto revela a centralidade da escola, mesmo em um regime autoritário, como espaço de circulação de ideias políticas, um ambiente fértil para redes de sociabilidade e autoformação, um lugar onde as mulheres puderam construir capital cultural que permitiu, junto às experiências repressivas vivenciadas, questionar a ordem patriarcal e autoritária. Assim, a atuação dessas mulheres nesses espaços sinaliza, também, processos de autoformação individuais e coletivos que contribuíram para o engajamento político e para o enfrentamento ao regime.

Formas de autoformação que também ganharam ressonância no presídio. Com fundamento, as instituições de confinamento feminino historicamente funcionam como dispositivos disciplinares, destinados a punir a desobediência às normas de gênero e no caso do Brasil no contexto ditatorial, à desobediência política. Contudo, a prisão também se tornou espaço de construção coletiva, de aprendizagem e de resistência, e, assim, foi no caso de boa parte das mulheres mapeadas. Relatos de presas políticas durante o regime militar apontam para a formação de redes de solidariedade, trocas intelectuais e fortalecimento mútuo dentro dos espaços prisionais. Elementos que se articulam com a ideia de que, mesmo sob condições extremas, as mulheres constroem práticas de autonomia e reelaboram seus percursos (auto)formativos. Assim, o encarceramento não se constitui apenas um evento traumático, mas um momento de intensificação da consciência política e da formação subjetiva, como nos faz entender a médica pernambucana Naide Regueira Teodósio, uma das presas políticas mapeadas.

Naide rememorou sua experiência na prisão em entrevista concedida a outra presa política, também parte do mapeamento, a socióloga Dulce Chaves Pandolfi, uma das principais responsáveis pela constituição de acervos de memória sobre o período no país. Segundo Naide, ela esteve presa com a “secretaria do cônsul polonês”, uma comerciante analfabeta, a médica Mirian Kelner, Anita Paes Barreto, Maria Celeste Vidal, Célia Lima (19 anos), Graziela de Moura Cavalcante. Todas constam no mapeamento. Segundo ela, na prisão, fizeram uma organização interna e trocavam experiências, ministravam palestras e aulas, limpavam a cela, faziam uma hora de ginástica, estimulavam a escrita de memórias. Relembrou, inclusive, que alfabetizou uma das presas. Além disso, exerciam o autocuidado ao fazerem a unha e arrumarem o cabelo para as visitas a cada 15 dias. Tais práticas foram motivo para que fosse chamada para explicar por que tinha organizado ali uma “cédula comunista”. Relembrou também que na hora comum com os presos políticos, via Gregório Bezerra, líder comunista e primeiro preso em Pernambuco, dar palestras aos jovens que iam visitar os presos. Isso tudo a despeito do espaço da prisão que tinham celas envidraçadas, com vistas para o pátio a céu aberto e comum a guarita que dava para ver tudo que faziam na cela (inclusive banho e necessidades fisiológicas) e com condições sanitárias muito precárias, inclusive com muitas ratazanas. A esta época a casa de detenção tinha 800 presos comuns e cerca de 400 presos políticos (Naide Regueira Teodosio, 1991).

Como se pode notar, o esforço de recuperar essas histórias responde ao que Perrot (2006) define como luta pela memória. Segundo a autora, lembrar e narrar as experiências femininas é um movimento político de enfrentamento às estruturas que produziram seu silenciamento. Nesse sentido, evidenciar os perfis profissionais e os elementos formativos dessas mulheres perseguidas pela ditadura civil-militar contribui para sua inscrição na história na medida em que torna visíveis sujeitas cuja ação política foi deliberadamente apagada, para além de devolver sentido às suas trajetórias fragmentadas pelos efeitos da repressão. Em síntese, a partir da perspectiva de Michelle Perrot, é possível compreender que os percursos (auto)formativos das mulheres presas e/ou perseguidas em Pernambuco durante o regime civil-militar se constituíram na interseção entre educação, trabalho, militância e repressão. Suas trajetórias revelam tanto a amplitude da participação feminina na vida política quanto os mecanismos de silenciamento e violência que buscaram limitar sua presença na esfera pública. Recuperá-las é reafirmar o papel das mulheres como sujeitas históricas e reconhecer a pluralidade de suas formas de resistência

6. Considerações finais

Como resultado da análise de tais números e demais dados encontrados no âmbito do mapeamento, foi possível perceber que durante a ditadura militar (1964-1985) em Pernambuco houve resistência em defesa dos direitos políticos empreendida por diversos setores da sociedade, o que inclui as mulheres que estiveram engajadas em diferentes movimentos sociais, estudantis e sindicatos e até mesmo na luta armada, desafiando as restrições sociais e o regime autoritário. Elas evidenciaram que a luta política não era restrita a um determinado grupo, mas sim que era também uma causa abraçada por mulheres de diferentes origens e ocupações. Isso demonstra a ampla representatividade das mulheres na luta contra a ditadura e como elas mobilizaram suas habilidades e conhecimentos para promover transformações sociais e políticas. Além disso, a pesquisa possibilitou destacar as trajetórias formativas por meio de uma formação política construída na militância e que é compreendida como ferramenta de resistência e combate à repressão.

NOTAS

¹ No cenário político nacional, a luta por participação feminina possui um destaque maior no período de 1920-1930 com a atuação da Federação Brasileira pelo Progresso feminino (FBPF), fundada pela bióloga e política paulista Bertha Lutz e tendo à frente outras diversas mulheres da classe média. Motivo que impediu uma maior participação da classe operária feminina, não obstante a referida federação tenha se constituído um movimento precursor do feminismo nacional tendo sua atividade notoriamente marcada pela luta em prol do direito ao voto feminino.

² Recife possuía uma instituição prisional destinada apenas às mulheres, conhecida como Presídio Bom Pastor, localizado no Bairro de Engenho do Meio. Durante o período do regime civil militar as presas políticas de várias partes do país foram levadas à Colônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, A. A. de. (1997). *Quando eles eram jovens revolucionários*. Editora UFRJ.
- Andrade, M. C. de. (2004). O golpe de 1964 e a trajetória política de Arraes. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, (22), 37–44.
- Barreto, R. A. D. N. (2022). A educação das mulheres no Brasil: Sobre o capítulo dos acessos à escolarização. In K. Gazola, L. Faria Filho, P. Bahiense, R. Silva, & S. Marques (Orgs.), *Educação e nação no bicentenário da independência* (pp. 99–113). UFMG.
- Barreto, R. A. D. N., & Natividade, C. M. do C. L. da. (2020). Naide Regueira Teodósio: médica, professora e pesquisadora em tempos autoritários. *Revista Diálogo Educacional*, 20(67).
- Barreto, R. A. D. N., Lima, G. C., & Oliveira, G. C. (2024). Mulher, educação e participação política: O caso pernambucano (1947–2022). *Revista Interitórios*, 10(19), 1–20.
- Barreto, R. A. D. N., & Silva, A. I. D. (2022). Sobre o costume, as tradições inventadas e a escolarização das mulheres no Brasil. *Revista Educação em Questão*, 60(65), 1–26. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2022v60n65ID28755>
- Comissão Nacional da Verdade. (2014). *Relatório: Mortos e desaparecidos políticos*. CNV.
- Coelho, G. (1962). Carta de apresentação. In J. M. L. Godoy & N. P. C. Coelho (Orgs.), *Livro de leitura para adultos* (pp. 3–5). Gráfica do Recife.
- Colling, A. M. (1997). *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rosa dos Tempos.
- Davis, A. (2016). *Mulher, raça e classe*. Boitempo.
- Germano, J. (2011). *Estado Militar e educação no Brasil*. Cortez.
- Gorender, J. (1999). *Combate nas trevas*. Ática.
- Pernambuco. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. (2017). *Relatório final*. CEMVDHC.
- Perrot, M. (2006). *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. Paz e Terra.
- Perrot, M. (2007). *Minha história das mulheres*. Contexto.
- Rago, M. (2010). Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a guerrilha do Araguaia. In J. M. Pedro & C. S. Wolff (Orgs.), *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul* (pp. 156–173). Ed. Mulheres.
- Rangel, M. M. (2022). A participação de Dom Helder Câmara nos movimentos sociais no período da ditadura militar no Brasil. *Dignidade Re-Vista*, 9(15), 12–23.
- Reis, A. M. (2017). As relações entre Igreja Católica e regime civil-militar no Brasil: Uma análise a partir dos interesses institucionais da Igreja. In *Anais dos Encontros Internacionais UFES/PARIS-EST* (pp. 1–16).
- Santos, A. M., & Barreto, R. A. D. N. (2021). As mulheres e os movimentos de educação e cultura popular, um capítulo ainda em construção. In E. A. T. Pereira, L. M. de Faria Filho, M. das D. Daros, & R. A. D. N. Barreto (Orgs.), *A educação nos projetos de Brasil: Espaço público, modernização e pensamento histórico e social brasileiro nos séculos XIX e XX* (pp. 193–220). Fino Traço Editora.
- Santos, T. de O. (2016). *As mulheres do Raio Leste: As presas políticas da Casa de Detenção do Recife (1964–1967)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco].
- Saviani, D. (2008). O legado educacional do regime militar. *Cadernos CEDES*, 28(76), 291–312. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622008000300002>
- Silva, C. Q. da. (2017). *Pode o subalterno falar? Notas à educação em direitos humanos a partir da trajetória política de mulheres durante a ditadura civil-militar no Agreste de Pernambuco* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Pernambuco].
- Silva, J. R. de A. (2013). *Colônia de férias de Olinda: Presos políticos e aparelhos de repressão em Pernambuco (1964)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco].
- Silva, M. G. da, & Soares, T. N. (Orgs.). (2021). *Pernambuco na mira do golpe: Educação, arte-cultura e religião* (Vol. 1). Editora Fi.
- Silva, R. B. Q. da, & Barreto, R. A. D. N. (2024). A educação para as mulheres a partir das Constituições brasileiras (1824–1988). *Revista HISTEDBR On-line*, 24, 1–27. <https://doi.org/10.20396/rho.v24i00.8674920>